



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640132 - SC (2021/0013230-9)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : IGOR DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de IGOR DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5042400-03.2020.8.24.0000).

O paciente cumpre pena em regime fechado na comarca de São José/SC e teve o pedido de transferência para unidade prisional de Aracaju/SE indeferido.

Neste *writ*, a impetrante sustenta que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, pois foi impedido de cumprir sua reprimenda em local próximo de onde residem seus familiares.

Alega que a determinação de suspender a transferência de presos entre estabelecimentos prisionais, em razão da pandemia de covid-19, é ilegal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja deferida a transferência do apenado para estabelecimento prisional próximo do local em que residem seus familiares.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

Com relação à alegada ausência de fundamentação idônea para o indeferimento da transferência do apenado, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que o relator do *decisum* ora impugnado consignou que (fls. 19-20):

Contudo, tal hipótese não se verifica no presente caso, haja vista que a decisão que indeferiu o pedido de transferência do paciente pautou-se na atual situação, com base na Portaria n. 194/2020 (PEC n. 0017362-10.2017.8.24.0023, evento 193), de modo que inexistente irregularidade no decisum.

A propósito, como bem pontuou o douto Procurador de Justiça, "[...] observando que o indeferimento da transferência ocorreu em junho/2020 em razão da Portaria n. 194 da Secretaria de Administração Prisional, que suspendeu as transferências em razão da pandemia ocasionada pela COVID-19, não se vê qualquer equívoco que mereça reparo pela via eleita,

nem mesmo ao argumento de que a referida norma foi posteriormente revogada pela Portaria n. 473/GABS/SAP, que passou a admitir a transferência em casos excepcionais." (grifei)

Ademais, como já dito, a insurgência comporta recurso próprio (art. 197 da LEP), no bojo do qual será possível uma apreciação mais ampla e profunda da questão, não servindo o habeas corpus como seu sucedâneo. E, mesmo que haja manifestação favorável por parte do Juízo da 7ª Vara Criminal de Aracaju/SE e do Ministério Público acerca da transferência, deverá o Juízo da Execução decidir acerca da presente insurgência, avaliando as peculiaridade do caso concreto.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência